

Simon ainda tem dúvidas sobre convenção

PORTO ALEGRE — O Governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, ainda não sabe se é oportuna ou não a convocação mês que vem da convenção do PMDB. Simon explicou: "O PMDB é parecido com o antigo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) porque, embora tenha em seu interior uma formação que levará algum tempo para achar sua identidade ideológica, jamais será como a Arena".

O Governador gaúcho disse não ter dúvidas de que o PMDB se identifica com a centro-esquerda, sendo que a maioria dos seus militantes é progressista e voltada para os avanços sociais. Mas também não deixa de reconhecer que com o pluralismo partidário dentro do PMDB, pode haver até gente de extrema direita. Sobre esses últimos, ressaltou que o PMDB não é um Partido para direitistas.

Maciel reúne Prefeitos em Pernambuco

RECIFE — O Presidente do PFL, Senador Marco Maciel, reúne-se hoje, na cidade de Gravata — a 85 km da capital — com prefeitos, deputados e lideranças pefelistas do Agreste pernambucano. A reunião será na granja do empresário Inaldo Guerra e, segundo Maciel, objetiva reestruturar o Partido para as eleições municipais do próximo ano.

Maciel tem ido a Recife quase toda semana e sempre predomina nas suas conversas a questão do fortalecimento da Frente Liberal que, atualmente, possui Diretórios estruturados em apenas 38 municípios em todo o Estado.

Sob outro aspecto, o encontro de Gravata está sendo encarado com curiosidade nos meios políticos locais. Durante a semana, o principal tema foi a acusação do líder do PMDB na Assembléia Legislativa, Marcus Cunha, de que o presidente do PFL, junto com o Ministro do Interior, Joaquim Francisco, estaria promovendo um "governo paralelo" no Estado, através de uma articulação com os prefeitos do interior, envolvendo liberação de recursos necessários ao combate da chamada "seca verde". Este assunto chegou a irritar Maciel, que descartou qualquer tentativa de esvaziar a Sudene e o papel dos governadores nordestinos.

Lucena quer assegurar casa funcional

FORTALEZA — O Presidente do Senado, Humberto Lucena (PMDB-PB), não se opõe ao fim da distribuição de apartamentos funcionais para Senadores, Deputados, Ministros e funcionários graduados.

Acrescentou que a União só deveria pagar moradia para os Chefes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário por entender que o mercado imobiliário de Brasília "permite que o Governo acabe com esse tipo de auxílio". Sobre seu apartamento funcional, atualmente ocupado por sua filha, já que reside na mansão destinada ao Presidente do Senado, Lucena ressaltou que foi eleito Senador por oito anos com direito a moradia, por isso não pretende entregar o apartamento já que a presidência é interina.

Ulysses: 'Devagar com o andor' na definição do sistema de Governo

Foto de Tomaz Neto



Roberto Santos e Waldir Pires ouvem a entrevista de Ulysses Guimarães

O Presidente da Constituinte rejeitou ainda acusações de que muitos constituintes estão votando sob pressão de propostas corruptoras feitas por grupos econômicos poderosos:

— A Constituinte faz um trabalho a céu aberto, acompanhado diariamente por quatro mil a cinco mil pessoas. Além disso, a participação popular se dá através das proposições de emendas populares que já passam de 15 mil. Nunca houve uma elaboração constitucional legal tão aberta e com tanta participação do povo — garantiu.

O Novo Plano Cruzado e a criação de novos Estados também foram abordados. Se depender de Ulysses, só será criado o Estado de Tocantins, por ser a única proposta que encontra apoio popular no Estado (Goiás) que seria desmembrado. Quanto ao Plano, Ulysses disse que o País não

poderia continuar com a economia desarrumada pela inflação. Se a sociedade não recebeu o Novo Plano com entusiasmo, de acordo com Ulysses, pelo menos o encara com "confiança e tranquilidade".

O Deputado Ulysses Guimarães presidiu a cerimônia do encerramento do Congresso. Na ocasião recebeu, na qualidade de Presidente da Constituinte, uma cópia do "Manifesto à Nação e à Assembléia Nacional Constituinte", elaborado pelos deputados estaduais. No documento final do encontro, os parlamentares manifestam sua extrema preocupação com um possível retrocesso na definição constitucional, que prevêem particularmente em relação à política mineral e energética, destacando em especial o monopólio estatal do petróleo, à reserva de mercado para a informática e à desnacionalização das indústrias.

'Relator de campo' quer proibir remessa de juros

BRASÍLIA — O Deputado Renato Viana (PMDB-SC), um dos "relatores de campo" da Comissão de Sistematização, pretende propor a proibição da remessa de juros, divididos ou royalties para o exterior de qualquer empresa, como forma de definir o que é uma empresa nacional. "O fundamental não é nacionalizar, mas sim a inexistência de vínculo da empresa que atua no Brasil com o exterior", disse.

Segundo Renato Viana, as três propostas para a definição de empresa nacional — duas apresentadas na Comissão da Família, Educação, Cul-

tura, Esportes, Ciências e Tecnologia e uma na Comissão da Ordem Econômica — não são suficientes para garantir o mercado para as empresas brasileiras. Para ele, só com o impedimento da remessa de capital para o exterior isto será possível.

Com o mesmo objetivo, o "relator de campo" quer dar à União a responsabilidade de garantir acesso ao mercado interno nacional a toda empresa que contribua para a viabilização do desenvolvimento sócio-econômico e do bem-estar do povo e a realização da autonomia tecnológica

e cultural do País".

O parlamentar reconheceu que, nesta fase dos trabalhos, o grupo de "relatores de campo" não pode decidir sobre nenhuma questão constitucional. No entanto, explicou que irá apresentar sua proposta como uma forma de "compatibilizar as definições apresentadas pelas comissões temáticas" ao Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM). Mesmo que ele não aprove sua sugestão, irá insistir com a tese no plenário, quando o anteprojeto da Constituição estará recebendo as emendas de todos os constituintes.

Montoro critica clientelismo praticado por peemedebistas

SÃO PAULO — Ao reafirmar ontem sua posição favorável a eleições presidenciais em 88, o ex-Governador Franco Montoro pregou uma "divisão de águas" em seu partido. Para isso defende o crescimento de uma corrente programática contra o fisiologismo e a política de clientela praticados hoje por alguns setores do PMDB.

Durante o lançamento do livro "A Batalha da Saúde no Governo Montoro", na sede regional do PMDB, o ex-Governador considerou fato normal a existência das diferentes correntes peemedebistas. Mas negou um conflito entre ser Governo e ser oposição:

— O PMDB é Governo e mantém o senso crítico do diálogo — afirmou, acrescentando não acreditar num confronto com o Presidente Sarney, se a Convenção partidária se pronunciar por um mandato de quatro anos. Segundo o atual Presidente do Instituto Latino-Americano, tal fato irá configurar apenas uma divergência, e não um confronto. Disse que os cinco anos fixados por Sarney representam apenas "a opinião pessoal do Presidente".

Contrário ao desencadeamento imediato do processo sucessório, para que a Constituinte não seja prejudicada, Montoro usou como argumento as conclusões do Seminário "A Transição Política", promovido pela Universidade de São Paulo por iniciativa do Presidente Sarney:

— A grande conclusão do Seminário da USP é um pacto pela democracia, pela realização de eleições que permitam que o povo brasileiro tenha a oportunidade de, pelo voto direto, escolher seu Presidente e de

preferência em 88, para terminar a transição.

Montoro deseja também que a Constituinte só venha a definir o mandato de Sarney nas disposições transitórias.

Dizendo-se mais identificado com a corrente peemedebista de Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso do que com a de Ulysses Guimarães, Montoro expressou a esperança de que venham a prevalecer as teses mais "progressistas" no texto final da Constituinte.

O ex-Governador, que procurou desvincular o lançamento do livro de uma campanha para a Presidência da República, revelou que o PMDB está elaborando um programa de saúde em quatro níveis (municipal, estadual, nacional e latino-americano), que se baseia em suas realizações à frente do Governo do Estado. Anunciou para breve o lançamento de mais 12 publicações, com destaque para os setores de transportes, meio-ambiente e energia. Ele pretende que seus livros, que definiu como "verdadeiras prestações de contas", sirvam como planos de atuação para os próximos candidatos a Prefeitos e Vereadores. Inclusive o seu "Programa Brasil" será oferecido ao candidato à Presidência do PMDB, caso não seja ele o escolhido.

Ele fez ainda um retrospecto das lutas do partido, concluindo com um recado aos que dele se aproximaram "em busca da sombra acolhedora do Governo":

— Quem quiser fazer política de clientela que o faça. Mas nós vamos fazer política de programas, de participação — afirmou antes de autografar dezenas de exemplares de "A Batalha da Saúde".